



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

**TERMO DE CORREIÇÃO
26ª Promotoria de Justiça da Capital**

Nº DO PROCESSO SAJ/MP/AL: 10.2020.00000201-6

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº: 078/2020

DATA DA CORREIÇÃO: 10 de novembro de 2020

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017- CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Atribuições judiciais e extrajudiciais de defesa da saúde, com exceção das matérias que forem da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, podendo atuar em qualquer juízo da Capital. Ato normativo: Resolução CPJ n. 3/2020, publicada no D.O.E. do dia 12 de junho de 2020.

Municípios que compõem a área de atuação: Maceió

Promotor de Justiça Titular: Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos

Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Louise Maria Teixeira da Silva

Endereço da Unidade: Empresarial 203 Offices - Avenida Dom Antônio Brandão, nº 203, Farol, Maceió/AL CEP: 57.051-190

Expediente da Unidade: 7h30 às 13h30

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: 25 de abril de 2019 (Portaria PGJ nº 250, de 22 de abril de 2019, publicada no D.O.E do dia 24.04.2019)

Reside no local de lotação? Sim.

Exerce o magistério? Não.

Responde a procedimento administrativo disciplinar? Não.

Responde cumulativamente por outro órgão? Sim.

Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Não.

Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não.

Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Sim.

Exerce a advocacia? Não.

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público: Durante a pandemia por COVID-19, o atendimento passou a ser feito por telefone e correspondência eletrônica. Com a flexibilização, o atendimento está sendo retomado às quartas-feiras, salvo os casos de urgência que são atendidos em qualquer dia da semana.

Estrutura de Pessoal: 01 (uma) Promotora de Justiça designada, 01 (uma) Analista do Ministério Público – Área Jurídica e 01 (uma) estagiária.

Estrutura física: 01 (um) gabinete da Promotora de Justiça e uma sala para servidores e estagiários compartilhada com as 25ª e 67ª Promotorias de Justiça da Capital.

Sistema de Arquivo: Sistema de Automação da Justiça – SAJ Ministério Público



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Sistema de Registro: Sistema de Automação da Justiça – SAJ Ministério Público
De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? Os Termos de Ajustamento de Conduta são geridos por meio de Procedimento Administrativo específico de acompanhamento do TAC. Esta Promotoria de Justiça não detém atribuição criminal.
Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? Não se aplica. Esta Promotoria de Justiça não atua como Custos Legis.
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 04
Observações:

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO MEMBRO)

Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: Durante o ano de 2020, o principal tema tratado nesta Promotoria de Justiça foi a emergência em saúde decorrente da pandemia por COVID-19. Outros temas sempre recorrentes são: funcionamento do Hospital Geral do Estado Professor Osvaldo Brandão Vilela e de outros equipamentos de saúde que prestam serviço de saúde pelo SUS de média e alta complexidade, tais como hospitais, Unidades de Pronto Atendimento, Ambulatórios 24 horas; Conselho de Saúde do Estado de Alagoas.
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: Sim. Promoção de uma saúde digna.
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Participação em reuniões. Reuniões com o Conselho Estadual de Saúde, com o Secretário Estadual de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, integrantes da Rede Cegonha.
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: não
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento: Sim. Através do cumprimento dos prazos processuais e adoções das medidas judiciais cabíveis.
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Caso de uma senhora que necessitava de atendimento oncológico. Acompanhamento do funcionamento do HGE.
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Anulação das eleições para a Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde.
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Sim. Através dos projetos propostos pelo Núcleo da Saúde.
Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental ? () Sim. (x) Não. Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.
Boas práticas alinhadas ao planejamento estratégico? Sim (x) Não () Indicar quais: Política pública de combate ao suicídio. Combate ao coronavírus.
Utiliza de forma eficiente e objetiva os instrumentos e métodos de investigação na determinação de diligências, bem como dos recursos extrajudiciais e judiciais visando à prevenção e à tempestiva correção dos ilícitos? Sim (x) Não ()

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL

V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS - 06 (seis) últimos meses.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Saldo anterior	01	01	01	01	02	01
Distribuídos no mês	01	00	00	01	00	02
Devolvidos no mês	01	00	00	00	01	03
Saldo do mês atual	01	01	01	02	01	00
Audiências judiciais realizadas	00	00	00	00	00	00
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	00	00	00	00	00	00
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	00	00	00	00	00	00
Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).						
Observações:						

V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS
NÃO SE APLICA

PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Saldo anterior (ações penais):						
Distribuídos no mês (ações penais):						
Devolvidos no mês (ações penais):						
Saldo do mês atual (ações penais):						
Saldo anterior (inquéritos policiais):						
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):						
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):						
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):						
Arquivamentos (inquéritos policiais):						
Denúncias oferecidas:						
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:						
Termos Circunstanciados distribuídos:						
Audiências judiciais realizadas:						
Recursos interpostos:						
Sessões do Tribunal do Júri:						
Observações:						

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Notícias de fato distribuídas:	08	08	02	04	01	06
Inquéritos Cíveis Públicos:	18	18	18	18	20	20
Procedimentos Preparatórios:	01	01	01	01	01	01
Procedimentos Administrativos:	47	53	58	56	56	56
TAC firmado:	00	00	00	00	00	00
Execução de TAC proposta:	00	00	00	00	00	00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta: NÃO SE APLICA						
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	00	00	00	00	00	00
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	00	00	00	00	00	00
Arquivamento sem Remessa:	01	00	00	02	00	00
Arquivamento com Remessa:	00	00	00	00	00	00
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e oitivas informais de adolescentes):	00	00	00	00	00	00
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	00	00	00	00	00	00
Reuniões (com ata):						
Atendimento ao público:						
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional): NÃO SE APLICA						
Instauração de PIC: NÃO SE APLICA						
Arquivamentos de PIC: NÃO SE APLICA						
Número de intercepções telefônicas iniciadas: NÃO SE APLICA						
Observações: No período acima, foram realizadas reuniões com: Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Ministério Público Federal, integrantes da Força-Tarefa, Consens, AMA, Conselho Estadual de Saúde. Em decorrência da grande quantidade de reuniões, bem como do período nas quais ocorreram (pandemia), não foi possível contabilizá-las. Pelo mesmo motivo, não foi possível contabilizar os atendimentos realizados.						

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade):23 Ações para a defesa de direito individual e indisponível:13
Processos cíveis – custos legis NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias: 01 Com vista há mais de 6 meses:00 Com vista há mais de 12 meses:00
Processos eleitorais NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Notícias de Fato Observação: 09 Notícias de Fato tramitando há mais de 120 dias.	Em tramitação há menos de 30 dias: 03 Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 07
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: 00 Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): 00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Em tramitação há mais de 180 dias: 01
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano: 12
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação): 08
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano: 44
	Em tramitação há mais de 1 ano: 14
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	01
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	00
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	00
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias:
NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias:
NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias:
NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Termos Circunstanciados:	Com vista há mais de 30 dias:
NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 30 dias:
NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:
NÃO SE APLICA	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	01 (Conselho Estadual de Saúde)
Visitas realizadas:	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes:
	Fundações:
	Estabelecimento de idosos:
	Estabelecimentos de deficientes:
	Estabelecimentos de saúde:
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:
	Delegacias de Polícia:
	Estabelecimentos Prisionais:
	Unidades de Medicina Legal:
	Unidades de Perícia Criminal:
	Estabelecimentos prisionais:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Unidades de Internação para adolescentes:
	Estabelecimentos prisionais militares:
	Outros estabelecimentos:
Observações: Não foi possível a realização de visitas nos últimos 06 meses em razão da emergência em saúde pública decorrente da pandemia por COVID-19.	

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE						
NÃO SE APLICA						
VI.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS (NÃO SE APLICA)						
PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências realizadas						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).						
Observações:						
VI.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS (NÃO SE APLICA)						
PERÍODO						
Notícias de fato distribuídas						
Inquéritos Cíveis Públicos						
Procedimentos Preparatórios						
Procedimentos Administrativos						
TAC firmado						
Execução de TAC proposta						
Ação Civil Pública proposta						
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta						
Arquivamento sem Remessa						
Arquivamento com Remessa						
Termos de Depoimento						
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)						
Reuniões (com ata)						
Recomendações						
Observações:						
VI.III-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (NÃO SE APLICA)						
	ACP/ações coletivas					



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Ações para a defesa do direito individual indisponível	
	Ações de destituição do poder familiar e outras	
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há mais de 30 dias:	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	
	Em tramitação há mais de 180 dias:	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias:	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses: nenhuma		
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses: não se aplica		
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses: 01 reunião (CES)		
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses) – VISITAS NÃO REALIZADAS EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA	Delegacia de Polícia: NÃO SE APLICA	
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade: NÃO SE APLICA	
	Entidades de acolhimento institucional: NÃO SE APLICA	
	Outras unidades de atendimento: NÃO SE APLICA	
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas: NÃO SE APLICA	
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios): NÃO SE APLICA		
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional): NÃO SE APLICA		
Observações:		
VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO– ATO INFRACIONAL (NÃO SE APLICA)		
PERÍODO		
Saldo do mês anterior		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais realizadas						
Recursos interpostos						
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP						
Notícia de fato distribuída						
Arquivamentos						
Remissões						
Representações						
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)						
Audiências de Oitivas informais						

Observações:

VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (NÃO SE APLICA)

Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Se existe critério de recebimento de feitos:		
Observações:		

VII-PROMOTORIA ELEITORAL

(NÃO SE APLICA)

VII.I. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL

PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Audiências judiciais/Sessões						
Recursos interpostos						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês). Observações:						
VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS (NÃO SE APLICA)						
PERÍODO						
1. Notícias de fato distribuídas						
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas						
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado						
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)						
5. Arquivamento sem remessa						
6. Arquivamento com remessa						
7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias						
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas						
9. Inquéritos Policiais Eleitorais						
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral						

VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (NÃO SE APLICA)		
Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	
	Fora do prazo para manifestação:	
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	
	Fora do prazo:	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Em tramitação há mais de 90 dias	
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Fora do prazo:	
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.		

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

Sugere-se o aumento do número de Promotor de Justiça e servidores, integrantes da 26ª Promotoria de Justiça da Capital, a fim de que os acompanhamentos indispensáveis ao bom funcionamento da saúde pública sejam feitos de maneira mais eficiente.

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE (Boas Práticas)

Esta 26ª Promotoria de Justiça da Capital iniciou, em março do corrente ano, as ações de enfrentamento à COVID-19. Na linha das orientações do CNMP, pautou-se pela atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, de indução e fiscalização das políticas públicas.

Nesse sentido, já em 16 de março, reunia-se com o Núcleo de Defesa da Saúde Pública do Ministério Público do Estado de Alagoas, com a 67ª Promotorias de Justiça da Capital, que também atua na defesa da saúde pública, e com a Procuradora da República titular do 7º Ofício da Procuradoria da República em Alagoas, para definir formas de atuação conjunta, célere e resolutiva, na fiscalização da política de saúde voltada ao enfrentamento da COVID-19.

Durante os últimos meses, diversas providências foram adotadas com o fito de atuar no acompanhamento das medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 adotadas pelos gestores estadual e municipal da saúde pública, tais como o efetivo acompanhamento dos Planos Municipal e Estadual de Contingência, de maneira a identificar, precocemente eventuais vulnerabilidades na rede pública de saúde e suas devidas adequações antes do saturamento dos sistemas municipal e estadual.

Com vistas a acessar, de modo célere e em fonte primária, as estratégias e medidas de prevenção adotadas pelo Estado para o enfrentamento à COVID-19, esta Promotoria de Justiça, junto com o Nudesap, aproximou-se dos gestores e das autoridades sanitárias locais, com o desiderato de acompanhar a execução do Plano Estadual de Contingenciamento, dos Protocolos Sanitários, Assistenciais e Clínicos, assim como das demais ações de enfrentamento da pandemia de COVID-19 adotadas pelo Governo Estadual. Para tanto, participou, frequentemente, de reuniões com o Gabinete de Crise da Situação de Emergência – GCSE do Estado de Alagoas, com a Sala de Situação da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), com a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) e com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (COSEMS/AL).

Para além disso, participa de grupos, comitês e gabinetes institucionais, de âmbito local, para acompanhar as ações de enfrentamento da pandemia de covid-19.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Pautado pelo diálogo interinstitucional e pela busca de ações preventivas e resolutivas, esta Promotoria de Justiça, em atuação conjunta com o NUDESAP, com a 67ª PJC, com outros Núcleos do CAOP, o Ministério Público Federal, especialmente com o Grupo de Trabalho do MPF/AL de Prevenção e Atuação em face da Covid-19, o Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas (MPC/AL), com a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE), formulou e subscreveu Recomendações, Ofícios, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Notas à Sociedade.

Em suma, dentre as diversas atividades desenvolvidas com o escopo de reunir os esforços necessários a uma atuação conjunta, integrada e harmônica voltada ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, destaca-se a atuação conjunta institucional (viabilizada pelos grupos de whatsapp e aplicativos de videoconferência) abrangendo diversas áreas de atuação do MP de Alagoas, bem como dos diversos ramos do Ministério Público Brasileiro, e a atuação conjunta interinstitucional, voltada ao diálogo com os conselhos de classe, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS/AL), Defensorias Públicas da União e do Estado, Poderes Executivos do Estado e dos Municípios, AMA, UFAL, prestadores de serviço, com repercussão no enfrentamento da pandemia.

Destacando-se, por fim, na atuação conjunta institucional, a formação do grupo denominado “Força-Tarefa do Ministério Público Estadual de Alagoas para atuar na prevenção e no combate, de forma coordenada e em território alagoano, à pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19”, com a participação da 26ª PJC.

X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)			
ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Protocolo Unificado	02.2020.00006288-2	09 de novembro de 2020. Registro de protocolo	Protocolo Unificado. Acompanhamento de eleições no Conselho Estadual de Saúde. Prazo observado. Situação regular.
Notícia de Fato	01.2020.00003047-9	01 de outubro de 2020 Autuação 03 de novembro de 2020 despacho de prorrogação.	Notícia de Fato. Paciente solicitando leito de UTI. Óbito do paciente. Descaso em atendimento. Protocolo Unificado evoluído para NF. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado. Situação regular.
Notícia de Fato	01.2020.00001190-5	09 de novembro de 2020 – Despacho de evolução NF/PA	Notícia de Fato. Casa Miguel Couto. Dificuldades de manutenção de pacientes de COVID 19. Notícia de fato evoluída para Procedimento Administrativo de Acompanhamento.
Procedimento Administrativo de Acompanhamento	09.2020.00000252-8	21 de fevereiro de 2020 Portaria de instauração	Suposta cessão irregular de servidores pela secretaria de Saúde do Estado. Prazo observado. Situação regular
Procedimento Administrativo de Acompanhamento	09.2020.00000516-9	17 de março de 2020 Portaria de instauração.	Acompanhamento dos serviços prestados pela rede de Serviços Hospitalares do SUS na assistência de pacientes de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

			COVID 19. Prazo observado. Situação regular.
Inquérito Civil Público	06.2018.00000866-2	12 de setembro de 2018 Portaria de instauração 14 de fevereiro de 2020 Despacho de prorrogação Suspensão de prazos ATO 17/2020.	Inquérito Civil Público . Supostas irregularidades constatadas pelo CRE na Clínica de Repouso Ulysses Pernambucano. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado. Situação regular.
Inquérito Civil Público	06.2020.00000096-3	27 de fevereiro de 2020 Portaria de instauração.	Inquérito Civil Público. Supostas irregularidades no funcionamento da Ala A do Hospital Geral do Estado. Prazo observado. Situação regular.
Inquérito Civil Público	06.2020.00000082-0	27 de fevereiro de 2020 Portaria de instauração.	Inquérito Civil Público . Supostas irregularidades na recepção de urgência do Hospital Geral do Estado. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado. Situação regular.
OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Os processos judiciais encontravam-se com sua tramitação normal no fluxo. A análise por amostragem dos processos judiciais (com vistas ao Ministério Público e devolvidos ao TJ), demonstra sua regularidade, apresentando boa qualidade formal e técnica nas respectivas manifestações. Por amostragem verifica-se a regularidade quando do arquivamento/finalização das Notícias de Fato e Protocolos Unificados. Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis Públicos com regular tramitação (prazo de conclusão e impulso).			
ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):			
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORREICIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):			
CONCEITO: () EXCELENTE (x) MUITO BOM () REGULAR () INSUFICIENTE			
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO	
NOME: Louise Maria Teixeira da Silva		NOME: Napoleão Amaral Franco	